

ANÁLISE POLÍTICA

ANO 4 • 95ª EDIÇÃO

BRASÍLIA,
20 DE ABRIL DE 2023

representa**coop**



somos**coop**



Sistema OCB lança sua 17ª Agenda Institucional e empossa nova diretoria da Frencoop

Nesta terça-feira (18/04), o Sistema OCB promoveu a **cerimônia de lançamento da 17ª Agenda Institucional do Cooperativismo**, que reúne as contribuições do setor para o aprimoramento das políticas públicas e legislações do país por meio de 51 temas no âmbito do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário. Destacamos **8 propostas prioritárias** que compõem a pauta mínima para este ano.

Na ocasião, também foi realizada a posse da diretoria da Frencoop para a atual legislatura (2023-2027), liderada pelo deputado Arnaldo Jardim. A Frente já conta com a assinatura de 308 parlamentares.

Conheça mais detalhes sobre as propostas incluídas na 17ª Agenda Institucional do Cooperativismo nas próximas páginas. A íntegra já está disponível no portal www.agendainstitucional.coop.br.



Cerimônia de lançamento

Anualmente, o lançamento da Agenda Institucional do Cooperativismo é a oportunidade de aproximar e fortalecer a relação das lideranças cooperativistas com os representantes dos três poderes. Em 2023, o evento contou com a participação de autoridades de grande relevância para o coop:

- Vice-Presidente da República, **Geraldo Alckmin**
- Ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, **Paulo Teixeira**
- Diretor de Fiscalização do Banco Central, **Paulo Souza**
- Presidente da Frencoop, **deputado Arnaldo Jardim**
- Secretário-geral e ex-presidente da Frencoop, **deputado Evair de Melo**
- Presidente da Embrapa, **Celso Moretti**

68 parlamentares

32 autoridades do Poder Executivo



A importância da Agenda Institucional para o Poder Público

Por meio da Agenda Institucional do Cooperativismo, o Sistema OCB apresenta os principais atos normativos, proposições legislativas e decisões judiciais que impactam no dia a dia das cooperativas.

Assim, o documento representa uma ferramenta de diálogo entre o setor cooperativista e o poder público, com o objetivo de fundamentar quais são os aprimoramentos necessários para que o Governo Federal estimule cada vez mais o nosso modelo de negócios, conforme previsto na Constituição Federal de 1988, e também demonstrar como as cooperativas podem auxiliar o Estado a tornar mais efetivas suas políticas públicas.

Um ambiente político e regulatório favorável ao coop é fundamental para conseguirmos cumprir o **Desafio BRC 1 Tri de prosperidade, que tem como meta alcançar 30 milhões de cooperados e movimentar financeiramente R\$ 1 trilhão até 2027.**



A importância da Agenda Institucional para as cooperativas

A Agenda Institucional do Cooperativismo é um dos principais instrumentos de prestação de contas para nossas cooperativas e organizações estaduais. Atualizamos em tempo real o site da agenda, com as ações realizadas para o avanço das políticas públicas de estímulo ao cooperativismo.

Além disso, disponibilizamos semanalmente a agenda de reuniões que o Sistema OCB realiza, bem como organizamos e analisamos a composição da estrutura hierárquica do Poder Executivo, com foco nos cargos e nomes que possuem poder decisório sobre as políticas públicas de maior impacto para o dia a dia das cooperativas brasileiras.

Por fim, a Agenda Coop também traz a composição de cargos da Frente Parlamentar do Cooperativismo, bem como dos fóruns e conselhos federais que o Sistema OCB atualmente possui assento.



www.agendainstitucional.coop.br



Pauta mínima de prioridades da Agenda Institucional

Neste ano, oito temas constituem a pauta das principais prioridades do Sistema OCB, representando os assuntos de maior impacto para o cooperativismo.



Clique no título dos temas para acessar mais detalhes sobre cada um dos assuntos



[Ato Cooperativo](#)

Diante das especificidades do nosso modelo de negócio, a Constituição Federal de 1988 estabeleceu que o Estado deve dar tratamento tributário de acordo com a lógica operacional das cooperativas. Garantir a aplicação do adequado tratamento tributário às sociedades cooperativas, resguardando que estas não se sujeitem a um cenário no qual haja tributação em duplicidade, gerando uma carga mais gravosa em relação aos demais modelos societários.



[Reorganização de cooperativas](#)

Em cenários de dificuldade, as cooperativas não dispõem de regulamento de recuperação financeira. Nesse contexto, construímos proposta legislativa voltada à reorganização cooperativa, criando procedimento que possibilite a superação da crise enfrentada. A matéria tramita como PL 815/2022 e é fruto de um trabalho conjunto do Sistema OCB com Organizações Estaduais e articulação com o governo federal.



[Cooperativas de Seguros](#)

Em nível global, a presença das cooperativas no mercado de seguros é consolidada e significativa. Entretanto, no Brasil, as cooperativas têm restrições na legislação para atuação nesse mercado. Assim, é importante que o país avance nessa temática que trará pluralidade e dinamismo ao setor de seguros.

Pauta mínima de prioridades da Agenda Institucional



Crédito Rural

Um dos eixos fundamentais para a agropecuária é a existência de uma política agrícola consistente, que seja capaz de garantir um volume de recursos e taxas de juros compatíveis com o retorno das atividades no meio rural. Para a safra 2023/2024, o foco prioritário da atuação está na garantia de *funding* para as operações de custeio e investimento, de acordo com a necessidade das atividades vinculadas às cooperativas e produtores rurais cooperados, assim como na garantia de recursos suficientes para a adequada operacionalização do seguro rural.



Regulamentação da LC 196/2022 - SNCC

O trabalho em prol da modernização da legislação cooperativista de crédito, através da Lei Complementar 196/2022 foi de extrema importância para o aprimoramento das estruturas de governança, a organização sistêmica do ramo e, também, para o avanço em novos tipos de operações que passam a ser autorizadas para as cooperativas de crédito. Porém, diversas disposições da legislação necessitam de regulamentação pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) para que haja a aplicação efetiva pelas cooperativas.



Telecomunicações por cooperativas

A universalização da internet é uma prioridade para aumentar a produção agropecuária, viabilizando a digitalização da produção, a agricultura de precisão e acesso à assistência técnica e extensão rural, entre outros benefícios. O cooperativismo já possui a expertise necessária, porém é obrigado a adotar um modelo adaptado que encarece o serviço para o consumidor final. Defendemos a segurança jurídica para que cooperativas possam atuar no mercado plenamente. Para tanto, é fundamental a aprovação do PL 1303/2022 que pacifica o entendimento para a oferta de serviços de banda larga e telefonia móvel no país.

Pauta mínima de prioridades da Agenda Institucional



7. Atualização da regulamentação dos planos de saúde

A regulamentação dos planos de saúde no Brasil completará 25 anos em 2023. A Lei 9.656/1998 estabeleceu as regras dos planos privados de assistência à saúde, contribuiu para a organização do setor, assegurou aos beneficiários dos planos garantias e direitos que antes só eram previstos quando expressamente registrados nos contratos e possibilitou uma maior profissionalização das operadoras. Porém, esse arcabouço legal e normativo está em constante atualização e tem impactado enormemente as operadoras, em especial as cooperativas médicas e odontológicas que operam planos de saúde. Assim, o Sistema OCB defende a constante atualização da regulação, que garanta a manutenção da saúde econômico-financeira das operadoras, respeito às especificidades do modelo cooperativo e a justa divisão de direitos e deveres entre todos os elos da saúde suplementar brasileira.



8. Participação das cooperativas em licitações

A temática da participação de cooperativas de trabalho em contratações públicas é objeto de constante trabalho, uma vez que o setor público é um dos principais clientes tanto para produtos quanto para serviços cooperativistas. O nosso objetivo é assegurar o reconhecimento das cooperativas como modelo de negócio sustentável, capaz de contribuir para a elevação do status socioeconômico dos seus cooperados e impactar a vida de milhares de pessoas através dos valores e princípios do cooperativismo nas contratações públicas.

A nova diretoria da Frente Parlamentar do Cooperativismo

A Frente Parlamentar do Cooperativismo (Frencoop) é formada por deputados federais e senadores com o propósito de assegurar os interesses das cooperativas na formulação de legislações e políticas públicas do país, em um trabalho conjunto com o Sistema OCB.

Com o início da nova legislatura (2023-2027) e a chegada de novos parlamentares, foi iniciada a articulação para a recomposição da Frencoop que hoje conta com 308 parlamentares. Esse resultado só foi possível com apoio das organizações estaduais que foram imprescindíveis para essa mobilização.

Sob a coordenação do deputado Arnaldo Jardim, a nova diretoria da Frencoop foi escolhida tendo como principal critério a representatividade regional e proximidade com os mais diversos ramos do cooperativismo.



O Sistema OCB agradece o deputado Evair de Melo

A cerimônia de lançamento da Agenda Institucional também contou com espaço reservado para homenagear o deputado Evair de Melo que presidiu com tamanha dedicação e comprometimento a Frencoop de 2019 até início de 2023.

Por intermédio do seu trabalho em prol do cooperativismo, diversas pautas prioritárias avançaram. Alguns exemplos são:

- Modernização da legislação do cooperativismo de crédito (LC 196/2022)
- Reconhecimento do ato cooperativo para o setor de aves e suínos (derrubada do Veto 5/2020)
- Acesso das cooperativas ao Pronampe (Lei 14.042/2020 e Lei 14.161/2021)
- Regulamentação da telemedicina (Lei 14.510/2022)
- Expressa garantia do direito de cooperativas concorrerem em licitações (Lei 14.133/2021)



Acesse as edições anteriores.



Acompanhe nosso trabalho em:



sistemaocb